

- lism and the Nation in the Iberian Peninsula: Competing and Conflicting Identities*. Oxford: Berg.
- Vasconcelos, José Leite de (1927) *De Terra em Terra. Excursões Arqueológico-Etnográficas*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, José Leite de (1980) [1933] *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vasconcelos, José Leite de (1986) [1883] *Tradições Populares de Portugal* (organização e apresentação de Manuel Viegas Guerreiro). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Wilson, William (1976) *Folklore and Nationalism in Modern Finland*. Bloomington: Indiana University Press.

Revista Lusitana (Nova Série), 13-14 (1995), pp. 145-177

LUGARES PARA O POVO: UMA PERIODIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR EM PORTUGAL¹

Jorge Freixas Branco

Tem menos de dez anos a designação Museu Nacional de Arqueologia no nosso país. A vários níveis, o estabelecimento museológico em questão representa um caso singular no panorama dos chamados museus nacionais portugueses.²

A existência centenária desta instituição proporciona um contexto temporal de análise relevante em termos históricos e, além disso, é significativa a bibliografia primária e secundária sobre ele publicada. Do conjunto destes textos ressaltam duas características: a evocação engrandecedora do estabelecimento aliada à da sua figura fundadora e a trajectória consensualmente reconhecida, de crescente e definitiva especialização no domínio da arqueologia.

¹ Este artigo insere-se no projecto de investigação *Recolhas de Cultura Popular em Portugal no século XX*, do Centro de Tradições Populares Portuguesas (CTPP).

² Sobre os museus portugueses consultem-se como principais referências GEPB [1948], Gonçalves 1972, Nabais 1985. Dois artigos incidem sobre este assunto, privilegiando as transformações de enquadramento institucional (Gouveia 1985, 1993). Um apanhado de museus e colecções etnográficas na década de 50 foi feito por A. Jorge Dias (1969). Para situar o museu etnográfico na generalidade e o seu papel na teoria antropológica, ver Nélia Dias (1991).

Tendo em conta que a actual designação é recente, conclui-se que o elemento *etnográfico* ou *etnológico*, figurando ao longo de décadas no nome e no enunciado programático da instituição em causa, não se traduziu numa correspondente prática museológica.

Verifica-se, por conseguinte, ter havido desde o início uma distorção de campos disciplinares (arqueologia *versus* etnografia ou etnologia), da qual resultaria uma subalternização do discurso não-arqueológico.

O presente texto pretende contribuir para a análise dos contextos e situações geradores desse desequilíbrio: porque será que a *etnografia* ou a *etnologia* não adquiriram estatuto de plena cidadania num museu criado com estes vínculos disciplinares no seu nome?

Cronologia sucinta do museu

Por proposta de José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e havendo já abandonado voluntariamente a sua profissão de médico, é criado por um decreto de 1893 o *Museu Etnográfico Português*. Ao mesmo tempo o promotor da ideia era designado seu director. Logo no ano seguinte o novo estabelecimento dota-se de um órgão especializado, a que o responsável dá o título *O Arqueólogo Português. Coleção Ilustrada de materiais e notícias*. Passados poucos anos, em 1897, é alterado para *Museu Etnológico Português* o nome do museu recém-criado.

O aumento do espólio, pelas doações e aquisições entretanto feitas, coloca ao organizador do museu o problema da falta de espaço para albergar os materiais, onde predominam os de natureza arqueológica. As precárias instalações cedidas a título provisório pela Comissão de Trabalhos Geológicos, no edifício da Academia das Ciências, dificultam a continuação das recolhas e a incorporação de mais achados. No seguimento de várias diligências e insistências, o governo decide atribuir um anexo do remodelado mosteiro dos Jerónimos para a instalação do museu. A mudança para o novo local é feita em 1903. Volvidos três anos, em 1906, realiza-se a abertura do museu ao público. Com desafogo em termos de espaço, o estabelecimento consolida-se naquele local de Belém, na parte ocidental da cidade de Lisboa, tendo à frente o rio Tejo.³

³ Sobre o conteúdo monumentalizador do edifício ao longo do século XIX, cf. Silva, R. 1995.

A queda da monarquia e a implantação do regime republicano (1910) teve consequências para o Museu Etnológico Português.

O seu fundador e director, embora não sendo posta em causa a continuidade do museu, sente a essência do seu projecto ameaçada. Uma reforma da administração museológica empreendida pelo governo, coloca José Leite de Vasconcelos na dependência de um conselho de Arte e Arqueologia, juntamente com outros museus lisboetas, como o Museu Nacional de Arte Antiga, o de Arte Contemporânea e o dos Coches.⁴ Insatisfeito, insiste junto das autoridades competentes, conseguindo levar avante o seu ponto de vista nesta matéria. Em 1913 o Museu Etnológico é anexado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — uma instituição igualmente criada pelo novo regime —, onde o director havia entretanto ingressado como professor.

Este enquadramento iria sobreviver à própria figura fundadora e organizadora do museu. Atingindo o limite de idade em 1929, é aposentado com um elogio oficial: para além de lhe ser publicamente reconhecida a acção desenvolvida desde a criação do estabelecimento, este passou a designar-se *Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos*, ficando o homenagemado como director honorário da instituição.

Da cronologia institucional interessa ainda salientar, para o contexto a discutir, a alteração verificada em 1965, pela qual o estabelecimento é rebaptizado como *Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia* (Gouveia 1993: 186). Depois da Revolução de 25 de Abril o museu é desligado da universidade, transitando em 1979 de novo para a tutela governamental (Gouveia 1994: 618). No âmbito de uma reforma dos museus portugueses ditos da área da cultura, passa em 1989 a *Museu Nacional de Arqueologia*.⁵

Dos elementos cronológicos compilados e relativos à designação institucional podem-se tirar algumas conclusões gerais sobre um estabelecimento museológico português.

⁴ Com esta legislação o Museu Etnológico recebeu do de Arte Antiga (até então Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia, também conhecido como Museu das Janelas Verdes) todo o espólio relativo ao período anterior à fundação da nacionalidade (GEPB [1948]: 255).

⁵ Para mais pormenores sobre estas alterações legislativas e algumas das suas implicações no plano da organização e definição da museologia arqueológica e etnológica, é muito útil a consulta dos textos que venho citando (Gouveia 1993, 1994).

Em primeiro lugar a ligação à figura do fundador e primeiro organizador, mesmo muito além da sua morte. Segundo, que as alterações na designação oficial do museu ao longo de um século contém duas vertentes: uma inicial, privilegia o *etnográfico* e *etnológico*, enquanto uma segunda fixa-se com clareza numa via *arqueológica*. Terceiro, desde a sua fundação o museu assume uma vocação nacional.

Importa agora analisar o programa museológico e o seu desenvolvimento, no intuito de determinar o pendor de especialização predominante ao longo do tempo. Do mesmo modo, verificar em que medida as mudanças de nome equivaleram a alterações na opção do domínio de saber representado. Finalmente, averiguar o trabalho museológico preconizado. Seriam estas as vias para avaliar o contributo específico dado para o aprofundamento de um discurso científico.

O nome das coisas pode ter uma lógica ambígua

Data de 1889 a ideia de José Leite de Vasconcelos em criar um museu nacional de etnografia, onde se concentraria tudo o que estivesse disperso pelos museus de Lisboa (Castelo Branco 1959: 21). A concretização deste seu desejo viria a ocorrer em 1893, graças ao decreto do então ministro de Obras Públicas, Bernardino Machado.⁶ O diploma em causa menciona um museu etnográfico, onde deveria estar representada a parte material da vida de um povo (Vasconcelos 1914: 283) e que constituiria um desenvolvimento do museu de antropologia, então já existente na Comissão dos Trabalhos Geológicos (Vasconcelos 1914: 284). O arranque do novo museu organizar-se-á com a incorporação de duas colecções: a do então chamado Museu do Algarve, resultante do espólio de Estácio da Veiga (1828-1891), depositada no Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia e uma colecção do próprio José Leite de Vasconcelos.

O acto legislativo fundador, em sintonia com as perspectivas do futuro director do museu, não deixa de ser aparentemente contraditório. O novo estabelecimento museológico tem carácter nacional, embora este atributo não venha especificado no nome, chama-se etnográfico, mas começa por reunir espólios arqueológicos dispersos em instituições

congenéres. Por último, tem de ser referida a menção clara que o texto legal faz às instalações a ele destinadas. Ao albergá-lo num departamento de trabalhos geológicos, onde existia uma preocupação de salvaguarda de colecções osteológicas, havia que evitar possíveis sobreposições programáticas. O recurso ao elemento *etnográfico* parece ser a fórmula de convivência encontrada.

Alargando o horizonte de comparação com outros museus existentes na altura em Lisboa, verifica-se que o projecto museológico de José Leite de Vasconcelos continha pontos de colisão possível ou de sobreposição ocasionados pela designação institucional. Havia desde 1864 no convento do Carmo um Museu Arqueológico, pertencente à Associação dos Arqueólogos Portugueses;⁷ em 1873 criara-se no Instituto de Coimbra um Museu de Antiguidades; e desde 1884 Lisboa dispunha de um Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia.⁸

Deste confronto de títulos postos a estabelecimentos museológicos, deduz-se que o *etnográfico* desejado, proposto e conseguido por J. Leite de Vasconcelos teve por finalidade não colidir com museus já instalados, disputando-lhes, pelo menos a este nível, alguma legitimidade. Esta hipótese ganha força, se se atender a que para além do nome das coisas, está o conteúdo a elas incutido. Pelas incorporações feitas logo de início e pelas que se iriam seguir, o museu de J. Leite de Vasconcelos enveredou, estruturou-se, consolidou-se pela via *arqueológica*. Eram da arqueologia tanto o terreno para recolhas disputado, como as competências atribuídas.⁹

Foi referida a mudança de nome verificada em 1897, abandonando-

⁷ Fundada em 1863 como Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, passou depois a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e posteriormente, no período republicano, a Associação dos Arqueólogos Portugueses (cf. Couto 1947).

⁸ Por não ter interesse no presente trabalho, omito a criação de museus regionais. Sobre esta matéria consulte-se H. C. Gouveia (1985).

⁹ Logo em 1893 com a fundação do museu as autoridades passaram a estar obrigadas a facilitar-lhe aquisições e a dar conta das descobertas arqueológicas feitas (Vasconcelos 1914: 285). A partir de 1899 todos os objectos descobertos durante a realização de obras públicas reverterem para o museu, assim como passa a ser garantido o direito exclusivo do museu à exploração de estações arqueológicas situadas em domínio público (Vasconcelos 1914: 287-288). Em 1932 são-lhe dadas prerrogativas no controlo das escavações a executar e no domínio da classificação de monumentos e sítios considerados de interesse arqueológico (Machado 1965: 327).

⁶ Bernardino Machado (1851-1944) era professor da Universidade de Coimbra, onde em 1885 fundou a primeira cadeira de Antropologia em Portugal (cf. Cam 1985).

-se o *etnográfico*, passando a museu *etnológico* português (Vasconcelos 1914: 285-286). Mantendo idêntica perspectiva de análise, tem de ser encontrado enquadramento para esta decisão sancionada oficialmente. Na visão do seu director, a nova designação estaria mais de acordo com o desenvolvimento do museu (Vasconcelos 1897: 113). Isto nada revela, mas o final do texto do mesmo prospecto refere a esperança de que as circunstâncias permitam a abertura ao público no âmbito das cerimónias de celebração do Centenário da Índia (1898). Parece provável que a transição de *etnográfico* para *etnológico* no nome e a continuação aturada do esforço de J. Leite de Vasconcelos no aumento das colecções sobretudo prehistóricas e luso-romanas,¹⁰ seja um reflexo não de conteúdo, mas das circunstâncias e das conjunturas de especialização e diferenciação no panorama museológico lisboeta e português de então.

O título *etnográfico* atribuído na fundação só à primeira vista não se sobreponha ao de museus e colecções arqueológicas já existentes. Porque, desde 1892, a Sociedade de Geografia de Lisboa tinha um Museu Colonial e Etnográfico, onde se recolhiam materiais diversos, sobretudo de origem não-europeia. Tratava-se de reunir predominantemente peças de proveniência não-europeia, incidindo na área do *etnográfico* e não na *arqueológica*.¹¹

Os preparativos para comemorar a chegada dos portugueses por via marítima à Índia foram certamente a momento de grande estímulo para alguns museus portugueses. J. Leite de Vasconcelos parece desear aproveitar uma maré favorável a grandes acontecimentos culturais e políticos, para conseguir as condições de abertura do seu museu ao público, tornando assim o seu trabalho visível e mais legítimável.

Embora instituição privada, a Sociedade de Geografia de Lisboa, gozava de grandes apoios públicos e governamentais. Estava empenhada em organizar, patrocinar e realizar acções no quadro do Centenário a celebrar. Das realizações com interesse no contexto presente de análise salta à vista o projecto (malogrado) de uma exposição *etnográfica* planeada por F. Adolfo Coelho, cuja publicação do respectivo plano se

¹⁰ No folheto de apresentação do museu citado consideram-se estes os sectores mais bem representados (Vasconcelos 1897: 114).

¹¹ Esta fase de entrada de colecções *etnográficas* na Sociedade de Geografia de Lisboa está a ser investigada por Manuela Cantinho, a quem agradeço informações prestadas.

fez em 1896.¹² Deduz-se deste modo que a instituição em causa estava empenhada em promover eventos de cariz *etnográfico* sobre aspectos da realidade portuguesa (continente e ilhas), paralelamente às colecções de artefactos exóticos que ia incorporando no espólio do seu museu. Do relato posterior de José Leite de Vasconcelos infere-se que o Museu Etnológico Português não participou nas iniciativas oficiais (Vasconcelos 1980: 42). Num folheto da sua autoria é levantada a hipótese do próprio museu concorrer para as festividades em vista com a sua abertura ao público (Vasconcelos 1897: 115).

Nestes moldes verifica-se como através da mudança de nome, o projecto *museológico* em avanço de José Leite de Vasconcelos, do ponto de vista de conteúdo, se concentra nos materiais *arqueológicos*, enquanto as designações institucionais se ajustam do *etnográfico* para o *etnológico*. O primeiro título para não colidir com os sectores de *arqueologia* já instalados; o segundo, para não se sobrepor à Sociedade de Geografia — factor que Leite de Vasconcelos reconhece mais tarde (Vasconcelos 1915: 3) e lembrado por autores posteriores (Moita 1958: 13, Oliveira 1971: 27).¹³

Neste apanhado histórico das designações dum estabelecimento *museológico*, ficam por indagar as possíveis razões para a manutenção do título *português*. Ele permanecerá até à aposentação do seu fundador em 1929. E, pelos vistos, encontra-se neste atributo a chave da essência disciplinar em que o museu edifica os seus alicerces programáticos e consolida a sua acção pública de legitimação.

No seguimento do exposto sobre os sucessivos ajustamentos nas designações, será de admitir uma natural resistência velada de outras instituições concorrentes nos mesmos domínios de especialização. J. Leite de Vasconcelos não refere nos seus escritos qualquer dado a este respeito, explicando as mudanças de título como um gradual e melhor ajustamento do programa inicial ao processo de crescimento do museu

¹² O título da publicação é *Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes*. Sobre o papel de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) na linguística e na *etnografia* em Portugal consulte-se um artigo de M. de Paiva Boleto (1947) e os de João Leal (1993, 1993a). Foi recentemente republicado o plano da exposição (Coelho 1993: 703-736). No volume I da *Etnografia Portuguesa* é-lhe também feita referência (Vasconcelos 1980: 42).

¹³ H. Coutinho Gouveia não refere este pormenor no seu artigo sobre os museus nacionais portugueses. Considera a mudança de nome como uma *emancipação relativamente ao Museu de Antropologia e Etnografia Pré-Histórica*, dos Serviços Geológicos (Gouveia 1993: 184).

(Vasconcelos 1894-95). Resta, pois, o atributo geográfico, leia-se nacional, como aquele que por bastante tempo, e sem ocasionar sobreposições com outros estabelecimentos, se manterá. Ele define o país como zona de intervenção para o projecto museológico estruturado por José Leite de Vasconcelos.

O museu criado como *etnográfico português*, passando pouco depois a *etnológico português*, não vem criar ou abrir um área disciplinar nova em Portugal. Pelo espólio predominante e pelo programa é de facto arqueológico. Mas, também neste domínio científico não é único, embora ao longo do tempo venha a ser o mais relevante e o maior do país. Define-o e singulariza-o a ideia contida de nacional e a preocupação permanente de explicação do povo português como entidade no espaço e no tempo, e não tanto a elaboração de um discurso científico gerador e estruturador de um campo disciplinar, como a arqueologia, a etnografia, a antropologia física ou a história.

Na qualidade de discípulo, admirador e biógrafo, Orlando Ribeiro certamente melhor o resumiu, ao considerar as duas obras de grande fôlego de J. Leite de Vasconcelos – *Religiões da Lusitânia* e a *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização* – como formando um só conjunto inacabado. Tãmanha tarefa, impossível de levar a cabo em 80 anos de vida, deve ser encarada como uma *Monumenta Ethnica* (Ribeiro 1994: 36). Designando-se etnográfico ou etnológico, o museu foi o suporte factual do discurso desenvolvido nessa *Monumenta*; por isso, a definição e o aprofundamento dum campo disciplinar específico eram tarefas secundárias perante um desígnio superior colocado ao nível da explicação das raízes nacionais. Neste sentido, mais que a especialização disciplinar, há que ver no estabelecimento museológico fundado e organizado por Leite de Vasconcelos um tema: o povo português.

A hegemonia exercida pelas colecções arqueológicas sobre as etnográficas traduz uma necessidade de optar. Talvez não tanto perante um *terreno*, mas face à força que se adivinha no passado para a explicação do presente.

O legado leitiano no plano museológico

Com o abandono em 1929 da direcção activa por parte de José Leite de Vasconcelos, chega-se ao termo da fase inicial do projecto museoló-

gico nascido e justificado numa ideia patriótica de busca identitária e de fundamentação das raízes nacionais. Não se estranhará, por conseguinte, que acontecimentos políticos importantes no plano nacional ocorridos nos anos anteriores à criação do museu possam ter tido um papel decisivo no aparecimento do novo estabelecimento, justificado como reforço do sentimento nacional perante ameaças do exterior, quer em actos, quer através de ideologias.¹⁴

Segue-se-lhe na direcção M. Heleno, arqueólogo e professor na Universidade de Lisboa.¹⁵ No balanço da situação do museu feito posteriormente, caracteriza a herança *leitiana* nos moldes seguintes.

Tratava-se de um museu centrado no continente português e dedicado ao estudo do seu povo (não atendendo, segundo o novo director, aos contactos dos portugueses com os povos não-europeus por eles cristianizados), devendo tornar-se um local aberto a todos e não só a entendidos nas matérias versadas. Importava ainda proceder ao preenchimento das lacunas existentes na arqueologia portuguesa. Na sua opinião aceitara um desafio científico e museológico (Heleno 1956: 223-225).

No que respeitava à área disciplinar de facto cultivada, a arqueologia, parece que a tarefa levada a cabo por Manuel Heleno terá sido a de procurar erguer uma visão do quadro cultural que precedeu a nação portuguesa (Heleno 1956: 226) – ou seja enveredar sem hesitação de fundo pela actividade arqueológica. Isto confirma a linha detectada no fundador: as ideias mestras do programa inicial do museu haviam pro-

¹⁴ Penso em acontecimentos como o Mapa Cor de Rosa (1886), o Ultimato inglês (1890) e a Revolta de 31 de Janeiro (1891). Mas os movimentos de opinião desencadeados não serão suficientes. Há que acrescentar outras ocorrências no plano científico e cultural, como a realização em Lisboa do Congresso Internacional de Arqueologia e Pré-História (1880), onde a presença de grandes vultos da ciência terá constituído um estímulo ao desenvolvimento das escavações, à elaboração e publicação de estudos; finalmente, a criação do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia (1884) – já referida.

¹⁵ Manuel Heleno (1894-1970) substitui J. Leite de Vasconcelos nesse mesmo ano de 1929, estando já desde 1921 a trabalhar como conservador no museu (Vasconcelos 1980: 323, Heleno 1956: 221-224, Machado 1965: 16-35). Além disso, a sua nomeação para o cargo respondia a exigências estatutárias: a função tinha que ser desempenhada por um professor da Faculdade de Letras da referida universidade. Manteve-se até 1964, ano em que se jubilou. As relações entre M. Heleno e os restantes testamentários do espólio inédito de J. Leite de Vasconcelos parecem ter sido sempre bastante difíceis, sendo mesmo de pleno entendimento (Ribeiro 1989: VI, Guerreiro 1992: 133, Ribeiro 1981: xv-xv1).

vocado uma valorização crescente e irreversível deste campo disciplinar.

O aprofundamento da vertente arqueológica e o enfraquecimento da componente etnográfica tornou-se nos anos pós-*leitianos* um assunto discutido por vários autores. Passemos em revista os principais posicionamentos conhecidos perante a questão científica e museológica enunciada por Manuel Heleno.

Defesa da continuidade leitiana

O ano do abandono das funções directivas efectivas do fundador e impulsor do museu quase coincide com o de início da redacção do grande *opus* etnográfico, há muito planeado e delineado (Vasconcelos 1933: 347, Guerreiro 1993: 10). Entretanto o seu sucessor tem de tomar decisões de fundo, como já foi referido. Se do ponto de vista do campo disciplinar melhor representado não persistem dúvidas, no plano museológico a questão é mais delicada, pois existe um espólio de objectos etnográficos considerável dentro da instituição. São cinco milhares de peças à espera de condições de exposição pública mais dignas.¹⁶ Porém, a situação ao longo dos próximos três decénios não se altera sensivelmente, apesar de planos e obras de remodelação para um melhor aproveitamento de espaços.¹⁷

¹⁶ Nesse mesmo ano de 1928 foi elaborado um catálogo em verbetes da secção etnográfica do museu, sabendo-se que existiam 5.090 objectos (Vasconcelos 1933: 40-41).

¹⁷ Sobre a qualidade (termo muito discutido aplicado a um objecto etnográfico) do espólio da secção etnográfica do museu *leitiano*, temos a opinião do próprio J. L. de Vasconcelos, simultaneamente principal colector: 'Colecção etnográfica portuguesa, de certa importância, existe uma única, — a secção do Museu Etnológico, assim denominada, isto é *secção de Etnografia*' (Vasconcelos 1980: 37). Eis o balanço nos anos 30. Este acervo foi sendo considerado nos tempos futuros sempre como de boa qualidade. Num texto datado de 1952, A. Jorge Dias escreve: 'A secção de Etnografia do Museu Etnológico, que deve ser ainda hoje, a colecção etnológica mais rica do país. (...) (Dias, A. J. 1969: 35). Quase duas décadas depois, Ernesto Veiga de Oliveira numa publicação sobre museologia etnográfica: 'Na realidade porém, as colecções de etnologia geral do Museu de Belém, embora excelentes de qualidade, são insignificantes em número. O museu foi apenas de etnografia portuguesa, aliás não sistemática, e sobretudo — quase exclusivamente, mormente após a morte de Leite de Vasconcelos — de arqueologia portuguesa.' (Oliveira 1971: 28) Verifica-se ao longo do tempo haver unanimidade quanto à qualidade, no entanto sentidos diferentes ao atribuí-la. Há que atender aos contextos bem distintos das apreciações. Como mais adiante se verá,

A comemoração do centenário do nascimento de José Leite de Vasconcelos é oportunidade para o enaltecimento da figura, como também para discutir o problema museológico do museu. Chegaram mesmo a ser elaboradas propostas e estudos vários, deles ressaltando um traço comum. Embora críticos nalguns aspectos relativos à solução museológica mais correcta para transmitir ao público a mensagem contida na obra *leitiana*, faz-se em paralelo uma defesa dos aspectos essenciais no programa de arranque do museu, leia-se, a manutenção das diversas secções não separadas entre si.

Pode concluir que, relativamente ao papel dos objectos etnográficos no discurso do museu, não se propunha nenhuma mudança, bem pelo contrário, pugnavam-se pela continuidade do seu carácter ilustrativo e auxiliar para as colecções arqueológicas (Heleno 1956, Moita 1958, Gonçalves 1959).¹⁸

Nas correntes pós-*leitianas* revela-se respeito pela ideia primitiva de organização e articulação interna do museu, preconizando-se uma actualização imposta pelo avanço nos conhecimentos arqueológicos, entretanto adquiridos, sobre o período anterior à fundação da nacionalidade. Divergem do fundador do museu no modo de inserção ideológica para este discurso: urgia conceber uma solução museológica que proporcionasse ao visitante uma perspectiva nacional contendo a realidade imperial portuguesa, encarada como a originalidade das culturas

o último dos autores citados provavelmente tem em mente a vantagem que haveria em reunir os espólios etnográficos dispersos por Lisboa num só local, num verdadeiro museu etnográfico (ou etnológico).

¹⁸ Escolho duas citações reveladoras deste posicionamento de profissionais ligados à museologia na época: 'Não creio que o visitante comum, ao percorrer a longa galeria do mosteiro dos Jerónimos que serve de sala de exposição ao Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, apreendida a lógica que presidiu à concepção do seu programa, o seu significado e, muito menos, surpreenda o fundo étnico e cultural comum entre os portugueses actuais e os povos que nos antecederam na região ocidental da península (Moita 1958: 48). Outra avaliação refere 'um mostruário monumental, pouco atraente pela sobriedade clausal, nunca espectacular, mas reconfortante para o estudioso da antiguidade lusitana (Gonçalves 1959: 55). Este mesmo museólogo é explícito sobre a parte que mais nos interessa: 'A secção de Etnografia foi a mais sacrificada que devido à impossibilidade completa de se expandir, cristalizou (...)'. (Gonçalves 1959: 54) É importante sublinhar que os trabalhos citados dos dois autores têm finalidades distintas; António Manuel Gonçalves analisa o museu quando dirigido pelo seu fundador, enquanto I. Moita elabora uma proposta para a actualização da herança *leitiana* neste domínio.

portuguesas (Moita 1958: 48-57).¹⁹ Quanto ao próprio director do museu, ele batia-se não só pela abrangência imperial do museu, através dumha secção de etnografia indígena, como pela resolução definitiva da questão museológica graças à construção de um novo edifício (Heleno 1956: 223-224).²⁰

Perspectivando a mesma questão em termos históricos, António Manuel Gonçalves vê nas diligências do jovem Leite de Vasconcelos o sonho de criar uma estrutura pública na forma de uma galeria nacional arqueológica (Gonçalves 1959: 46). Mas também reconhece que a secção etnográfica foi a mais sacrificada, pela questão de falta de espaço. Finalmente refere outro elemento fundamental da acção do fundador para a definição científica do museu: a edição de *O Arqueólogo Português*, órgão oficial do museu e que se tornaria uma estrutura orientadora da actividade arqueológica portuguesa (Gonçalves 1959: 57).²¹

Destas avaliações do estado das coisas há que reter alguns dados significativos. Um grupo de museólogos, incluindo o director do museu, defendem o projecto *leitiano* nos seus parâmetros gerais: museu de envergadura e representatividade nacional, incorporação no discurso

¹⁹ Sobre o papel da secção de etnografia, Irinalda Moita propõe: '(...) ficaria, pois, reservada às espécies e colecções de pura tradição popular que geralmente têm um valor artístico nulo ou muito reduzido e, raramente, contém espécies que ultrapassem o século XVIII. O arcaísmo peculiar e a relativa pureza de influências estrangeiras destas colecções, tornam-nas no mais forte elo de ligação entre as culturas pré-históricas do ocidente peninsular e a população portuguesa actual.' (Moita 1958: 55)

²⁰ Pela abrangência geográfica entendia-se: 'Não um museu continental, mas um museu imperial, onde, ao lado do estudo do povo português, lvesse eco o estudo da nossa tradição com a dos povos que descobrimos e cristimizámos.' (Heleno 1956: 223)

²¹ Neste contexto refira-se que J. Leite de Vasconcelos pode ter tido consciência das consequências do desequilíbrio entre as secções (e os respectivos discursos) do museu, presságio da inevitável hegemonia arqueológica. Em pleno exercício das suas funções, decide lançar o *Boletim de Etnografia. Publicação do Museu Etnológico Português*, a segunda revista editada pela instituição. A tentativa teve êxito limitado. Publicaram-se os fascículos nº 1 (1920), nº 2 (1923), nº 3 (1924), nº 4 (1929) e nº 5 (1937), quase unicamente preenchidos com artigos seus. Considera-a de carácter ergológico, que hoje designa-se-la cultura material. Redigindo o primeiro volume da *Etnografia Portuguesa* constata: 'Quão longe, apesar disso, estamos nós ainda de museus, como, por exemplo, o de Estocolmo (Nordiska Museet), tão copioso, e tão bem coordenado e acomodado!' (Vasconcelos 1980: 41)

veiculado da informação *arqueológica* mais recente (resultados das escavações), actualização da mensagem ideológica a transmitir pela instituição aos visitantes e, finalmente, relevante no contexto em causa, manutenção do espólio *etnográfico* como suporte demonstrativo para a arqueologia.

Autonomização museológica da etnografia

Na problemática fundamental do museu distinguem-se vários aspectos. Conhecidas as posições favoráveis à continuidade programática, passemos em revista os seus críticos.

Durante a década de 40, o museu foi sendo alvo de melhoramentos internos. Este esforço empreendido sem que fosse afectado o acesso aos visitantes, culminou numa reorganização do espaço expositivo (Machado 1965: 82). Como consequência, o acervo etnográfico patente ao público deixava de figurar por si em conjunto, passando as peças a surgir agrupadas com as arqueológicas ou pré-históricas (Pessanha 1950: 12), provavelmente no intuito de sublinhar critérios formais de comparação na sua leitura e apreciação. Este autor no entanto não esconde algum desapontamento. As alterações pouco tinham a ver com um museu etnográfico, pelo qual lutava, e a colocação expositiva das peças também não apontava para um museu do povo português — uma vez que nos objectos não estava sequer indicada a proveniência (Pessanha 1950: 13).²²

Saía reforçada a hegemonia arqueológica, porque os artefactos pertencentes à anterior secção etnográfica eram encarados como peças e não como *objectos etnográficos*. Era a negação pública do direito à autonomia disciplinar da etnografia, manifestada agora sem equívocos no plano museográfico. Numa apreciação global à remodelação Sebas-

²² D. Sebastião Pessanha (1892-1966) vem referenciado nas enciclopedias como crítico de arte e etnógrafo. Foi responsável pelo sector de etnografia do Museu Municipal de Sintra e notabilizou-se nos meios museológicos portugueses dos anos 40 e 50 como um defensor de museus etnográficos, empenhando-se num movimento de criação de museus da vida local (Gouveia 1985: 178). Num dos seus textos não esconde admiração por Georges-Henri Rivière e pelo museu que este dirigia em Paris (Pessanha 1963: 179). Em vida fez várias doações ao então Museu de Etnologia do Ultramar e, após a sua morte, seria adquirida uma colecção de máscaras de Trás-os-Montes (Oliveira 1972a: sem indicação de páginas). Este conjunto de máscaras portuguesas foi objecto de uma publicação feita por Benjamin Enes Pereira (1973).

tião Pessanha considera haver aspectos positivos na trabalho executado, mas alerta para o facto de o país continuar sem um museu nacional de etnografia (Pessanha 1950: 12).

Estamos perante uma corrente defensora dum museologia especificamente etnográfica, a desenvolver em museus próprios, livres de outras tutelas disciplinares.

Como antecedente remoto desta linha de pensamento pode-se talvez considerar a alternativa tentada no final do século passado pelo museu da Sociedade de Geografia – no seu período áureo de actividade, mas entrando pouco depois rapidamente em derradeiro declínio.²³

No início dos anos 30, Afonso do Paço defende a criação de um museu etnográfico em Portugal (Paço 1934). A proposta assenta numa argumentação simples e clara. Atendendo à situação portuguesa, existe só uma instituição com colecções etnográficas predominantemente coloniais. É a Sociedade de Geografia de Lisboa, com cerca de 20.000 objectos expostos, para além de possuir abundante documentação e de dispor de uma biblioteca. Sublinha que, do respectivo Museu Colonial e Etnográfico, criado em 1892, saem as peças para circular em exposições nacionais e internacionais (Paço 1934: 25). Dada a precária situação daquela instituição particular, é feita a proposta de instalação de um museu de etnografia a partir do acervo existente na SGL e onde gradualmente o novo museu fosse através de recolhas sistemáticas aumentando o espólio. Lastima a realidade prevalentemente: não há em Portugal um museu de etnografia ultramarina, nem um de etnografia metropolitana (Paço 1934: 24). Os argumentos apresentados na pro-

²³ O final do século XIX foi profícuo, na recém-fundada Sociedade de Geografia de Lisboa, em projectos etnográficos no domínio português. Esta uma interpretação possível para os planos elaborados por F. Adolfo Coelho, assim como de deslocamentos ao terreno feitas, como a *Expedição à Serra da Estrela* (1881), ou projectadas, como uma outra *Expedição científica à Serra de Nogueira, Trás-os-Montes* (1900), que interessaria conhecer melhor. De toda a forma, fica uma interrogação. Não se tratará de uma outra leitura de etnografia elaborada por Adolfo Coelho e por sócios da Sociedade de Geografia, bem diferente, ou mesmo oposta à de J. Leite de Vasconcelos? Não se tratou de criar uma alternativa ao papel da etnografia no museu *leitiano*? São conhecidas diferenças de opinião entre as duas figuras. Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930), também empenhado na mesma sociedade e nas expedições referidas, seria mais tarde o primeiro professor de geografia (1904) na instituição que se viria a transformar em 1911 na Universidade de Lisboa. F. Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos eram professores na mesma faculdade. Este último regou cadeiras de Arqueologia, Numismática, Epigrafia e ainda outras no domínio das literaturas românticas.

posta reflectem uma experiência recentemente vista: a remodelação do Museu de Etnografia no palácio do Trocadéro conduzida desde 1928 por Paul Rivet.²⁴

Deste artigo de Manuel Afonso do Paço (1895-1968), – um militar e arqueólogo, membro activo da Associação dos Arqueólogos Portugueses, tendo-se também dedicado a recolhas orais no Minho,²⁵ – pode-se depreender a existência de uma corrente de opinião na primeira metade deste século, que não via no museu *leitiano* real vocação para a recolha, estudo e divulgação de objectos etnográficos.

Posição similar poderá surpreender em Luís Chaves, que era responsável pela secção etnográfica do museu *leitiano* e muito se havia de empenhar na promoção de etnografias regionais e de concursos folclóricos patrocinados pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Também ele, parece, no final de contas, sentir uma marginalização da sua área de interesse na instituição onde trabalha. Apresenta no mesmo congresso uma proposta de museu etnográfico do Império português (Chaves 1934), cujo conteúdo é bem diferente da de Afonso do Paço. Mais ambicioso numa linha de exaltação nacionalista, menos preocupado com a evolução das tendências internacionais, elaborava um plano pormenorizado para um percurso transcontinental, onde cada sala, enquadrada por citações dos Lusíadas acumularia factos históricos, bustos, peças etnográficas, mapas em relevo, gráficos – tudo para

²⁴ No artigo em referência Afonso do Paço relata: 'Quando em 1931 estive na Exposição Colonial de Paris, visitei com outros congressistas do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas o Museu de Etnografia instalado no palácio do Trocadéro. A França até 1928, quase como nós, tinha nesse museu ricas colecções cheias de pó e de traça, muitas das quais sem etiquetagem. A proximidade da Exposição Colonial levou-a a pensar cuidadosamente na sua reorganização se não queria correr a vergonha de o mostrar ao mundo em tal estado. Colocou à sua frente um homem inteligente e experimentado, o dr. P. Rivet (...) que (...) fez (...) renascer do pó do Trocadéro um museu que, apesar de ainda incompleto, deixou encantados todos os visitantes.' (Paço 1934: 24-25). A situação vista pelo congressista português foi passageira. O Musée d'Ethnographie seria submerido a uma profunda reforma, que implicou em 1937 a demolição do palácio do Trocadéro, reabrindo o estabelecimento em 1937 como Musée de l'Homme, por ocasião da Exposição Universal, instalado no palácio de Chaillot e tendo em frente, embora organicamente já separado, o futuro Musée des Arts et Traditions populaires. Este último ficaria muito ligado à acção determinante de G.-H. Rivière (Chiva 1987: 11-14, Jamn 1985: 57, Noël 1987: 147, etc.).

²⁵ Sobre esta associação e o respectivo museu arqueológico, consulte-se Couto 1947.

confuir no que desejava viesse a constituir um museu-temple de Portugal. Interessa sublinhar a ausência da componente arqueológica, mesmo na parte relativa a Portugal continental.

Por certo sem qualquer ligação entre si, outras propostas serão formuladas. Anos mais tarde J. R. dos Santos Júnior, um professor ligado à antropologia física na Universidade do Porto, com longa experiência de missões prolongadas nas colónias, aproveitando um momento político propício, volta a lançar a ideia de recolher sistematicamente artefactos nos territórios ultramarinos, para constituir grandes colecções etnográficas a nível nacional, desta vez integradas no que propõe vir a ser um museu colonial (Santos Júnior 1940).²⁶

A. Jorge Dias (1907-1973) considera a casa *leitiana* transformada num museu de arqueologia, lamentando mais adiante a ausência no país de um estabelecimento *etnográfico* nacional, estruturado em moldes científicos (Dias, A. J. 1969: 35-36, 1964).

Que se tratam de correntes opostas, ou mesmo em franca rivalidade, durante o período abrangendo as décadas de 30 e meados da de 60, encontramos prova indirecta numa publicação laudatória do museu *leitiano* e da acção global desenvolvida por Manuel Heleno. Funcionário da instituição, o autor não se cansa de justificar ideologicamente tradição e presente do estabelecimento: este terá de permanecer indivisível e deverá ampliar rapidamente o seu acervo de origem colonial (Machado 1965).²⁷ Chega-se assim a uma conselhação caricata: um museu (nacional) de arqueologia, tendo pela sua prática científica e museoló-

²⁶ Das suas missões antropológicas na África oriental (Moçambique), J. R. dos Santos Júnior (1901-1990) trouxe muitos objectos etnográficos. Foi um dos grandes colectores para o Museu de Antropologia da Universidade do Porto (cf. Rodrigues 1990).

²⁷ Dois passos do exaustivo relatório sobre a actividade global do museu no período da direcção de M. Heleno são elucidativos a este respeito, para além de traduzirem o espírito oficial da época: 'Assim, pois, o Museu Etnológico, nos seus 72 anos de intensa e fecunda actividade científica e altamente patriótica, tem mantido o seu carácter uno e indivisível, tal como a Nação portuguesa, cuja vida ele representa, nos seus oito séculos de existência exemplar. Atenar contra a indivisibilidade e unidade do Museu, sempre sabiamente preservada pelo Estado, seria privar os Portugueses da visão e compreensão colectiva da razão de ser da independência nacional.' (Machado 1965: 211). E, para tal, talvez a estratégia fosse considerar (...) de maior conveniência ampliar-se em grande escala a secção de etnografia ultramarina, com o fim de o público abranger a vasta projecção imperial portuguesa e as civilizações que encontrou, elevou e valorizou.' (Machado 1965: 214)

gica, relegado a etnografia para uma posição subalterna, recusando-lhe autonomia disciplinar, clama mais tarde pela aquisição de um grande espólio etnográfico não-europeu.

Que terá acontecido desde a aposentação de José Leite de Vasconcelos (1929), o seu falecimento (1941) e a altura em que o segundo director do museu se retira (1964)?

Embora ficasse por discutir o dilema das instalações e o desejo de construção de um novo edifício, poder-se-á adivinhar que, perante a opção científica feita, novas e mais adequadas instalações melhorariam o funcionamento geral do museu, mas por si só, não modificariam a relação de forças estabelecida entre dois domínios científicos: a arqueologia e a etnografia.

Determinado um percurso e a partir da bibliografia existente ou da informação disponível não é possível aprofundar a questão colocada, de forma a obter respostas relevantes.²⁸

A praça do Império

Um museu não se confina às paredes do edifício que o alberga, nem o seu êxito depende unicamente dum funcionamento interno equilibrado.

²⁸ Penso aqui sobretudo no estudo sistemático das colecções (etnográficas) para as enquadrar num paradigma de análise. Neste domínio e com os elementos discutidos em torno do trajecto do museu *leitiano*, talvez se possa estabelecer como hipótese, a existência de um olhar arqueológico nos critérios definidos ou na mente, quando eram recolhidos objectos etnográficos, como o próprio J. Leite de Vasconcelos, aliás, o deixa entrever. Procurar no presente, nas mãos do povo, aquilo que nos liga e nos define no passado (renoto), porque numa escala de âmbito arqueológico e partindo de enunciados centrados nas raízes do povo português, no período anterior à nacionalidade. Neste sentido a lógica das colecções etnográficas neste museu situar-se-á provavelmente fora do discurso etnológico ou antropológico, tal como ele é hoje definido, mas também já nos princípios do século. Pode-se ainda pensar que a vontade em ampliar sistemática e rapidamente as colecções etnográficas se fundamenta em razões ideológicas e políticas na ordem do dia (guerras coloniais). Mas esta hipótese incursão etnográfica pelo museu *leitiano*, poderia ser cientificamente neutralizada e absorvida nos mesmos moldes em que o foi a própria etnografia portuguesa. Neste exercício de pura especulação, pode-se imaginar que as bases comparativas para estes objectos entrados imaginariamente de rompante seriam ainda muito mais difíceis de estabelecer. A não ser que a dita secção ultramarina se convertesse então em galerias de arte não-europeia — uma modernização do exótico nada improvável na década de 60.

A relação estabelecida com o público é relevante para avaliar a sua influência, em termos da atratividade exercida, da curiosidade despertada, da eventual vontade de regresso voluntário suscitada no visitante. Mas para além destes elementos gerais, outras componentes podem determinar o papel desempenhado por um estabelecimento museológico. A visibilidade será um deles. Ela pode surgir através do conteúdo dos projectos museológicos desenvolvidos, da originalidade dos discursos expositivos, mas também pela força que o poder instituído lhe queira atribuir. Nesta ordem de ideias, é importante procurar as relevâncias externas visíveis do museu *leitiano*.

Terminadas as obras de remodelação em 1948, o público passou a ter entrada pelo lado nascente no museu (Machado 1965: 98), dando-se início a um percurso alterado, onde como ficou atrás referido, os objectos etnográficos não figuravam em princípio por si, mas reunidos com outros a título ilustrativo e comparativo. Em termos de envolverência, como estava o museu urbanisticamente enquadrado?

Para realizar a Exposição do Mundo Português em 1940, a fim de comemorar com pompa e circunstância o duplo centenário, foi necessário proceder a uma profunda remodelação do espaço previsto para edificação do parque expositivo. Nasce assim a praça do Império, onde durante os meses do evento o programa instaurava uma apoteose do regime (França 1980: 47). O novo local emergente no ocidente da cidade, à beira rio, aproveitava o mosteiro dos Jerónimos como limite norte, ficando por consequência o museu *leitiano* numa localização destacada e privilegiada naquilo que no conjunto correspondia a uma duplicação simbólica do Terreiro do Paço (França 1980: 39). E porque o esforço edificativo e modelador da praça do Império levado a cabo para albergar a enorme exposição histórica se concebia como efémero, ao planeá-la, o ministro das Obras Públicas e presidente do município Lisboa Duarte Pacheco (1899-1943), anteviu as possibilidades futuras para o tratamento de um grande espaço simbólico destinado a toda a nação. Terá pensado em balizá-lo, construindo dois museus ladeando o mosteiro em direcção ao rio. O museu *leitiano* ficaria acompanhado a ocidente por um museu do ultramar e, no lado oposto, seria um para a marinha (Inso 1967: 301).²⁹

²⁹ Terão sido pensados outros estabelecimentos museológicos ou com componente expositiva para edificar no mesmo local. Houve um projecto para o Museu de

A década de 40 traria algumas surpresas. Dos pavilhões expositivos o da vida popular tornar-se-ia definitivo (França 1980: 43), pois em 1948 lá se inaugurava o Museu de Arte Popular (Cabral 1994: 603, Paulo 1994: 118-120, Pessanha 1948, Boléo 1948, etc.).³⁰

Coincidência ou não, no ano em que quase à sua frente, junto ao rio, aparecia um estabelecimento museológico dedicado exclusivamente à vida rural portuguesa, — e cuja encenação apoiada em artefactos insinuando uma leitura etnográfica, representativos da actualidade, sem qualquer referência às origens do passado pátrio e ignorando a arqueologia — nesse preciso ano, terminava a remodelação interna na casa *leitiana*.

Em termos ideológicos, pode-se considerar a partir deste momento, a praça do Império, como uma plateia pública de acesso permanente ao quadro das referências sacralizadas da nação.

A presença dos dois museus introduz a componente de um lugar para o povo. Ao mesmo tempo, duas perspectivas diferentes de o lembrar. No mosteiro com a sua carga histórica, o projecto *leitiano* de indagação permanente do passado do povo; no moderno ex-pavilhão as retratações da vida popular fixadas numa atemporalidade conjugada no presente.

Será precisamente o valor histórico nacional atribuído aos Jerónimos um dos problemas permanentes do museu instalado por José Leite de Vasconcelos. Como foi referido, desde os anos 30, a direcção reclamava uma expansão das instalações, justificando-a pela premissa em resolver o impasse museológico. Invocando argumentos no plano histórico, surgiam pressões sobre o museu, para que partilhasse espaços ou mesmo de lá saísse. A marinha queria instalações condignas e definitivas para o Museu de Marinha, fundamentando a sua cobiça no peso histórico do mosteiro-monumento e no novo arranjo urbanístico da praça do Império. O edifício simbolizava as descobertas e a expansão

Arte Contemporânea, de 1943 (saída do Chiado?), e um anteprojecto relativo a um Palácio do Ultramar, de 1947 (Acciaiuoli 1991-II: 138-139).

³⁰ A abertura ao público fez-se com o plano inicial em termos de acervo incompleto e o mesmo se dirá da representação regional prevista, uma vez que não figuravam os Açores, nem a Madeira (Pessanha 1948, Paulo 1994: 119). Revela também alguma pressa perante um eventual prazo descaído para a inauguração, o facto de o museu vir anunciado numa resenha enciclopédica da época, redigida durante a fase preparatória e de montagem das exposições, como Museu do Povo (GEPB [1948]: 249).

marítima, enquanto o envolvimento remeia para o papel dos mares em muitos séculos da história portuguesa.

No ano de 1945 uma comissão decide ser a praça em questão o local adequado para o novo museu (Inso 1967: 295), em 1954 estuda-se a partilha do espaço com o museu *leitiano*, dois anos mais tarde o governo atribui-lhe instalações no mosteiro, decretando uma convivência com o museu *leitiano*. Em 1959 todas as instalações não destinadas ao culto são concedidas ao Museu de Marinha (Inso 1967: 295) e, em 1962, dá-se a abertura ao público. De ocupante legítimo o museu *leitiano* passava a inquilino tolerado.³¹

Com a inauguração do Museu de Marinha, a praça do Império adquiriu mais níveis de representação simbólica para a nação. Estruturavam-na até então duas representações do povo (uma pelo passado remoto, outra no presente).³² Depois surgiu a perpetuação do Padrão

³¹ Da área total dos edifícios que por lei lhe são destinados, só cerca de uma quarta parte se encontra ocupada, e a ala sul, a principal, continua na posse do Museu Etnológico (...)' (Inso 1967: 326).

³² Mesmo tendo em conta não ser possível comparar o museu *leitiano* com o Museu de Arte Popular, uma vez que um é um estabelecimento científico, inserido numa universidade e com investigação e escavações próprias, enquanto o MAP se apresenta desde o início como galeria com exposições etnográficas permanentes, apresentadas segundo um critério regional, é importante não esquecer que os seus responsáveis, logo ao princípio se terão concentrado mais no aspecto da leitura imediata facultada ou sugerida aos visitantes, portanto fazendo incidir a sua aposta inovadora, não no plano científico, mas no museográfico. Talvez possa ser entendido como um eco neste sentido, uma referência de Sebastião Pessanha a uma sua visita: 'Há algum tempo ainda, no Museu de Arte Popular, de Lisboa, presenciei um grupo provinciano que o visitava, capitaneado por um patriótico, decto residente na capital, que desde logo, e com prejuízo das primeiras salas, o conduziu àquela onde se agrupam as coisas trasmontanas. Ah!, à vista de tudo o que lhes recordava a sua terra distante, os seus lares, os seus parentes e amigos, as almas transbordaram de alegria, os lábios abriram-se em sorrisos comunicativos, houve abraços e bateram-se palmas, e só por estar um pouco longe não pude ver, também, que nos olhos borbulhavam lágrimas'. (Pessanha 1951: 31) Reações deste tipo não ocorreriam com toda a certeza no museu *leitiano*. Neste sentido do museu de António Ferro, montado e dirigido por Francisco Lage, era um lugar imediato para o povo, com uma linguagem expositiva elaborada para atingir a grande massa pelo seu quotidiano presente ou ainda recente. Também parece ser idêntica a leitura feita por Heloísa Paulo (1994: 106). Seria interessante poder confrontar os dois museus pelas estatísticas das entradas. Foi feita uma tentativa de compilação e tratamento da informação existente (Moreira 1989). A autora só conseguiu fazer o tratamento estatístico para alguns museus portugueses e no período entre 1929 e 1949 (Moreira 1989: 149-207). Dadas as enormes lacunas

dos Descobrimentos em 1960, o prelúdio da outra vertente de celebração do passado, que o Museu de Marinha passava a desempenhar.

Uma praça, três museus. Um império, três níveis de construção ideológica: as raízes remotas, a saga marítima, o povo no presente. Só que também uma nova constelação de forças na vontade política para estruturar o discurso ideológico, carece de funções simbólicas diferenciadas. A saga passava a prevalecer sobre as origens remotas e a vida popular actual colocava-se ombro a ombro com a força até então dominante do passado. Apagava-se uma das essências justificativas do projecto *leitiano* – o monopólio de corporizar o sentimento nacional.

Uma fuga falhada e outra consentida

A atribuição do mosteiro ao Museu de Marinha, proporcionou ao estabelecimento *leitiano* certamente uma oportunidade para exercer pressões às autoridades governamentais, com vista à solução do seu problema de instalações. O avanço alcançado não foi além da elaboração de um plano apresentado em 1956 para um novo edifício a construir na cidade universitária (Heleno 1965).³³ A iniciativa não teve seguimento e o Museu Nacional de Arqueologia continuaria nos Jerónimos.

Mas também o museu dedicado ao ultramar, situado na praça do Império, conforme a ideia ministerial, não viria a acontecer. Ele apareceria, mas arredado deste espaço simbolizador da nação. Verificou-se anteriormente a existência de correntes de opinião, que inspiradas no curto período inicial e áureo da Sociedade de Geografia de Lisboa, ou com outros pressupostos, criticavam a subalternização da etnografia praticada dentro dos Jerónimos e exigiam um museu próprio.

No plano legal, data de 1945 a primeira iniciativa reportando-se a um museu colonial, pretendendo-se então organizar as colecções que o possam vir a constituir (Gouveia 1993: 197).³⁴ Porém, só em 1962 é

existentes e a abrangência temporal, nada resulta em relação aos dois museus que aqui interessam.

³³ Certamente que a ideia deve ser associada à inauguração em princípios da década de 50 da própria cidade universitária, assim como ao facto de o museu estar ligado à Faculdade de Letras.

³⁴ Passo a basear-me no apêndice ao artigo de H. Coutinho Gouveia, onde o autor compila a principal legislação referente aos museus nacionais portugueses (Gouveia 1993: 196-198).

criada uma Missão Organizadora do Museu do Ultramar, ficando esta a funcionar no Centro de Estudos de Antropologia Cultural, o que significa o propósito de instalar um museu etnográfico. Terá pesado nesta decisão ou intenção o trabalho de terreno desenvolvido por um grupo de investigadores (A. Jorge Dias, Margot Dias, M. Viegas Guerreiro) na região makonde, no norte de Moçambique. A actividade académica na Universidade Técnica de Lisboa de A. Jorge Dias, onde para fins de ensino, reúne artefactos não-europeus propiciou o aprofundamento e a maturação da ideia de criar um museu etnográfico.³⁵

Três anos mais tarde um decreto institui o Museu de Etnologia do Ultramar, na dependência de um organismo de investigação científica especializado nas áreas coloniais. Atendendo a que em Coimbra e no Porto, as respectivas universidades dispunham de consideráveis colecções etnográficas recolhidas durante as décadas anteriores – na sua esmagadora maioria das colónias portuguesas – compreende-se que o novo museu se sediasse em Lisboa.

Como na fase inicial do projecto *leitiano*, também este teria um desenvolvimento muito rápido com resultados concretos nos anos seguintes. A década de 60 caracteriza-se pela concentração de pequenos acervos dispersos por outras instituições, mas sobretudo por frequentes campanhas nas colónias africanas, por doações e por aquisições a colectores particulares. Este último dado é de extraordinária importância, pois permite que pela primeira vez em Portugal a etnografia exótica não se circunscreva exclusivamente às áreas de influência colonial portuguesa.³⁶ A isto há que acrescentar uma colecção etnográfica portuguesa reunida desde finais dos anos 40.³⁷ Finalizava-se em 1974 a construção de um edifício próprio, situado no Restelo, num terreno em frente ao então Ministério do Ultramar. Talvez como reflexo do fim do império colonial, a abertura oficial ao público só viria a ocorrer em finais de 1985.

Idealizado alguma vez por um ministro em finais da década de 30

³⁵ Trata-se do então Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU). Existe um estudo sobre o papel deste instituto na investigação social colonial (Gallo 1988). Sobre a integração de espólio etnográfico português no museu em preparação ver Oliveira (1968, 1972).

³⁶ Para um historial sucinto da aquisição do acervo até 1972, cf. Oliveira 1972a (catálogo sem indicação de páginas).

³⁷ Sobre este aspecto cf. Oliveira 1968.

para ombrear com o mosteiro dos Jerónimos e a mensagem *leitiana* nele contida, o museu etnográfico iria singrar a bom ritmo e em moldes museológicos adequados durante a década de 60. Num balanço e reapreciando a praça do Império, resta verificar que o desvio da localização anteriormente prevista, terá sido benéfico para a concretização do novo estabelecimento museológico. Poderá parecer enigmático permanecer ainda hoje vago na praça o terreno para onde o ministro Duarte Pacheco terá apontado e antevisto o museu, enquanto confundenciava os seus pensamentos a um oficial da marinha amigo.

Em termos museológicos, à praça do Império não foi dado integrar a questão das colónias, como tematização simbolizadora da nação. O Museu de Marinha não sofre concorrência temática, mas aguarda a maior presença representativa que lhe foi prometida. Do povo e para o povo falam os dois museus restantes. Não será a imaginada parada apoteótica de celebração do povo português, mas uma penosa marcha a passo desacertado e sem destino à vista. Apesar de tudo, é o maior lugar para o povo, que a nação foi concebendo num acto perdurando há mais de um século e ostentando marcas das obsessões cultivadas por sucessivos regimes políticos.

Nacionalização do povo (1893)

Pelos museus nela instalados ao longo do tempo, a praça do Império materializa em dois fragmentos isolados o cume duma aspiração intelectual vinda de finais do século XIX: edificar um grande museu do povo português. José Leite de Vasconcelos tê-lo-á tido desde sempre em mente (Gonçalves 1959: 49), F. Adolfo Coelho de igual modo, quando redigia o seu plano para uma exposição etnográfica.³⁸ Com o centenário *leitiano* reacende-se a questão (Motta 1958: 17) e, na década

³⁸ É o que se depreende não só da proposta para a exposição, publicada em 1896, como do seu persistente interesse durante esses anos pela matéria, ao fazer desenvolvê-la apreciação crítica à exposição realizada em 1898 na Tapada da Ajuda (Coelho 1993: 571-619). Neste último texto Adolfo Coelho alinha-se por uma etnografia ou etnologia diferente da concepção *leitiana*. Não só tenta comparar os objectos em discussão com o acervo (exótico) do museu da Sociedade de Geografia, como em termos teóricos segue correntes importantes da investigação *etnográfica* internacional (Friedrich Ratzel, Rudolf Virchow, a escola *Wörter und Sachen*, etc.), numa direcção de história cultural, de índole comparativa, não baseada na escrita, mas sim no objecto etnográfico e na palavra pronunciada a servir de documento.

da de 60, A. Jorge Dias retoma-a no seu projecto, designando o museu de etnografia que concebe como o Museu do Homem Português (Dias, A. J. 1967: 301).

Se até agora se discutiram e analisaram as designações dos estabelecimentos museológicos, as sobreposições ocorridas ou como tal entendidas, o despique entre campos disciplinares emergentes e a luta pela supremacia na especialização museologicamente defendida, o envolvimento urbanístico dos museus, porque traduz neste caso questões de representação ponderadas pelo poder político, pode-se concluir que a problemática mais relevante se manifesta de outro modo. Da sua leitura como lugar para celebração do povo, a ampla praça aberta para o Tejo comemora-o, não através duma preferência disciplinar científica, mas por uma produção pausadamente acumulada de lembranças.

A fundação do museu *leitiano*, a sua instalação nos Jerónimos, a sua consolidação e sua permanência até aos nossos dias, em termos da representação simbólica da nação incutida à praça e indirectamente ao país, é um padrão erguido para assinalar a *nacionalização do povo* na vida política nacional. Não invocando personagens, actos heróicos isolados, antes as gentes anónimas transformadas em entidade colectiva. Enaltecendo o sentimento nacional, escavando, pondo à superfície e interpretando fragmentos do seu passado, introduz-se um elemento ideológico na vida actual da nação: o povo e não as classes dominantes perpetuam a nacionalidade. O povo é o elemento instituído como novo factor político na nação. É a aceitação institucionalizada do povo, através da criação da dicotomia popular *versus* erudito.

Folclorização (1940)

Esta hegemonia na produção ideológica de identidade nacional mantém-se até à celebração do duplo centenário.³⁹ Apesar de alguma insatisfação, contestação ou mesmo crítica, o museu *leitiano* assumia e assegurava esta função vinda da monarquia, atravessando o primeiro período republicano e acompanhando a ascensão do Estado Novo.

O aparecimento do Museu de Arte Popular é o termo deste domínio exercido por um estabelecimento museológico. A brecha aberta é pro-

³⁹ Para análises aprofundadas das celebrações do duplo centenário e da Exposição do Mundo Português, consultar, entre outros, a tese de Margarida Acciaiuoli (1991) e o ensaio de José Augusto França (1980).

funda, pois o novo museu invade uma esfera até aí protegida, utilizando novos argumentos: propostivamente desinserido dos meios científicos, não invoca campos disciplinares, mas apresenta-se como um produto de sensibilidades e propósitos diferentes e duma relação determinada entre o regime e a arte (Cabral 1994: 604). A relação a criar entre o poder político e o povo, já não será mediada por cientistas, mas por artistas.⁴⁰ Valem mais as virtudes retratadas no presente, que a veneração dos vestígios mudos da tradição.

O novo morador da praça do Império é trazido por outros ventos, insufiando a produção premeditada de representações do popular. O povo começa a conhecer-se entre si dialogando por meio de quadros cénicos previamente acertados, a fim de se padronizarem diferenças.

O processo de *folclorização* caracteriza-se por uma acção coordenada de definição de diferenciações regionais concertadas na unidade nacional. O sujeito *povo* tende a ser substituído pelo complemento *popular*.

Refolclorização (1986)

Nesta perspectiva Portugal encontra-se provavelmente desde a década de 80 na transição para uma *refolclorização*. Distingue-a da etapa anterior, o facto de deixar cada vez mais de ser possível ir beber inspiração no povo, porque essa entidade se transformou. Assiste-se ao desvanecimento do enquadramento de predomínio rural que sustentou as duas fases anteriores. Esse povo e aquelas representações populares desaparecem, porque as condições globais do país sofrem alterações profundas. O parâmetro generalizado e unificador da ruralidade derivado duma realidade orientada pelos ciclos de produção agrícola deixa gradualmente de fornecer a referência material e ideal para a maioria da população — é o fim da agricultura e o começo de busca de outros sentidos para os espaços deixados vagos.⁴¹

⁴⁰ Luís Chaves (1889-1975) reconhece a ausência de critérios científicos na montagem do Museu de Arte Popular, conforme o assinala H. Paulo (1994: 119). Na esfera académica os reparos críticos são claros, como por exemplo de Manuel de Paiva Boléo (1948) e de A. Jorge Dias (1969: 36-37).

⁴¹ Processos deste tipo só podem ser idealmente periodizados por datas ou acontecimentos. Para a refolclorização sugiro o ano de 1986. Com a entrada nas CE e a necessidade da concertação da política agrícola, o papel do mundo rural como produtor de alimentos e retaguarda estratégica da nação tomou-se desajustado.

A *refolclorização* pode bem consistir em elaborações cénicas sistémicas de aspectos do passado, entretanto desprovidos de base de legitimação no vivo. São processos de construção de memória. Também esta fase parece já possuir representação edificada na praça do Império. Analisando a programação proposta ao público pelo Centro Cultural de Belém, acaba a volta pelo principal lugar evocativo do povo português. Os espectáculos musicais de muitos artistas portugueses não têm um repertório baseado em recolhidas de primeira mão; o êxito obtido, deve-se à originalidade das recriações inspiradas em materiais submetidos a releitura.⁴²

Cultura popular em Portugal: alguns elementos conclusivos

Na praça do Império dois museus veiculam através de museografias diferentes retratos da vida popular portuguesa. Não isoladamente, mas na comparação dos dois estabelecimentos e do seu envolvimento, vislumbram-se etapas para uma periodização da cultura popular em Portugal, em termos de processo ideologicamente construído.⁴³

O Museu Nacional de Arqueologia, pela sua origem *leitiana* é a *institucionalização* deste domínio, enquanto o Museu de Arte Popular marca a passagem para a *folclorização* do país; finalmente, o Centro Cultural de Belém insinua a transição para o processo emergente de *refolclorização*.

Um terreno vago aponta para uma fuga bem sucedida. O antecessor do actual Museu Nacional de Etnologia escapou à tutela da grande praça simbolizadora da nação, para se refugiar ao lado do então principal local de comando do império colonial. Se se concordar que o envolvimento urbanístico e a localização espacial dos estabelecimentos museológicos tende a reflectir factores ideológicos politicamente viabi-

⁴² Em simultâneo há que referir a nova realidade que se dissemina por todo o território, com o aparecimento das grandes superfícies comerciais, onde os produtos se vendem já não em função da proveniência geográfica, mas da competitividade manifestada nos preços de venda ao público.

⁴³ Para situar esta questão na sua incidência musical é muito útil a consulta do livro de M. Correia (1984), pela informação que fornece e pela análise de contextos apresentada.

⁴⁴ Para uma abordagem sociológica da cultura popular, nomeadamente a forma como os implicados percebem a sua identidade cultural, ver Silva & Santos (1995: 55-115).

lizados, e no contexto histórico português, reconhecer-se-á neste processo uma incapacidade de integrar a questão colonial na da identidade nacional.

A ordem espacial de museus permitiu, no caso analisado, perceber uma trajectória histórica ocultada pelas especialidades científicas dominantes nos estabelecimentos referidos. Arqueologia e etnografia são áreas do conhecimento científico, enquanto cultura popular surge como um domínio, cuja principal propriedade reside na intervenção ou militância cultural dentro duma esfera concreta da acção política.

Relativamente ao campo disciplinar que se afigura como o suporte científico mais próximo da produção de cultura popular, a etnografia, pode-se dizer que em Portugal, pela via museológica, ela permaneceu durante muito tempo ofuscada por um discurso centrado na arqueologia. Como domínio científico autónomo não conseguiria ancorar-se na grande praça lisboeta simbolizadora da nação, sendo aqui acolhida como discurso político transformado em militância cultural — e livre da legitimação científica opressora.

Pelo património nela edificado, a praça do Império perpetua os pilares ideológicos identificadores do país, manifestando as leituras e as ênfases preferidas ao longo do último século. Ao acolher dois estabelecimentos museológicos — mais correcto seria um museu e uma galeria — dedicadas ao povo, transforma-se num lugar para o povo, doado pela nação. Por isso, os respectivos acervos são património nacional, mas perspectivando a praça no seu conjunto, encenam a *monumentalização cultural* dum entidade colectiva nacionalizada pela monarquia, folclorizada durante o Estado Novo e em refolclorização nos dias presentes.

Numa tentativa provisória de comparar processos deste cariz, é de sublinhar o facto de o projecto *leitiano* ser logo de início coroado de êxito. Impõe-se com aparente facilidade no panorama museológico do seu tempo, apesar das sobreposições já conhecidas. Não porque a ideia defendida por José Leite de Vasconcelos de criação de um museu fosse inédita. Inovador na sua proposta foi a elaboração dum plano prévio, evitando-se assim que o novo museu repetisse os anteriores. Neles a aquisição de espólio não obedecia a critérios, sendo meros armazéns centrais para a salvaguarda das antiguidades casualmente achadas (Couto 1947, Gonçalves 1959). Nesta perspectiva compreende-se que

um jugo, um arado ou um trilho cedessem a prioridade a uma lápide.⁴⁴

Por isso, não surpreende que a trajetória institucional do estabelecimento *leitiano* corresponda à tipificação de museus arqueológicos proposta por K. Pomian (1988). Colocado perante o dilema de se assumir como museu arqueológico-artístico ou arqueológico-tecnológico, seria sempre a última vertente a prevalecer. A mais séria ameaça à orientação dada desde o início coincide com a reforma republicana, logo neutralizada pela integração na universidade. Mas, à distância, sobressai igualmente o modo como J. Leite de Vasconcelos soube incutir à sua estrutura museológica carácter científico geral e especialização na arqueologia como traço específico. E, não anteviu o imperativo vindouro – a emancipação da etnografia frente à arqueologia e a construção de um discurso próprio.

Com a etnografia por institucionalizar no plano museológico e sem inserção académica, o debate em torno da autonomização deste campo disciplinar parece ganhar mais força nos meios exteriores à instituição universitária, do que no seu seio. Este um enquadramento que incute lógica própria à iniciativa de criação do Museu de Arte Popular. O contraponto científico legitimado aparecerá no Restelo, com o Museu de Etnologia do Ultramar, mas só passadas quase duas décadas.

Por isso, em Portugal o discurso de inspiração etnográfica vive durante muito tempo animado de uma ambiguidade. Entre a falta de controlo científico e a pressão para que tal acontecesse, emerge uma geração de literatos, motivados por uma vontade de militância cultural e de produção de factos políticos – eis o espaço sociológico gerador de cultura popular. Nestas condições etnografia e cultura popular cruzam-se e fundem-se. Literatos emergem produzindo um discurso de sabor etnográfico, pela minudeza do pormenor descrito e às vezes observado. Ausente a outra componente, ganham autoridade de cientistas. Neste contexto etnografia é militância cultural no plano político, porque alimenta um discurso de intelectuais sobre o povo.

Bibliografia

- Acciaiuoli, Margarida (1991) *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime, as Artes. Restauração e Celebração*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/tese de doutoramento/
- Boléo, Manuel de Paiva (1947) Adolfo Coelho e a filologia portuguesa e alemã no século XIX *Biblos*, 23: 607-691
- Boléo, Manuel de Paiva (1948) Museu de Arte Popular (Belém, Lisboa) *Revista Portuguesa de Filologia*, 2: 465-466
- Bonte, Pierre & Michel Izard (1991) *Dictionnaire de l'Éthnologie et de l'Anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France
- Branco, Jorge Freitas (1994) Portugal e as suas etnografias: para uma análise da herança leitiana (compilação bibliográfica) *Revista Lusitana*, n.s., 12: 95-110
- Cabral, Elisabeth (1994) *Museu de Arte Popular Santana & Suecena 1994: 603-604*
- Castelo Branco, Fernando (1959) *Introdução Vasconcelos 1959: 9-47*
- Castelo Branco, Fernando (?1971) *Arqueologia portuguesa Serrão I: 195-198*
- Cem (1985) *Cem Anos de Antropologia em Portugal (1885-1985)*. Coimbra: Laboratório e Instituto de Antropologia
- Chaves, Luís (1934) *Museu Etnográfico do Império Português, sua necessidade, um plano de organização Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, pp.: 28-45. Porto: Edições da Primeira Exposição Colonial Portuguesa
- Chiva, Isaac & Utz Jeggle (1987) *Ethnologues en miroir. La France et les pays de langue allemande*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'Homme
- Chiva, Isaac (1987) *Entre livre et musée. Emergence d'une ethnologie de la France Chiva & Jeggle 1987: 9-33*
- Coelho, Adolfo (1993) *Obra Etnográfica. Volume I. Festas, Costumes e outros materiais para uma Etnologia de Portugal. Organização e prefácio de João Leal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (= Portugal de Perto, 27)
- Coelho, Adolfo (1993a) *Obra Etnográfica. Volume II. Cultura Popular e Educação. Organização e prefácio de João Leal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (= Portugal de Perto, 28)
- Correia, Mário (1984) *Música Popular Portuguesa – um ponto de partida*. Coimbra: Centelha
- Couto, João (1947) *O museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses Arqueologia e História*, III: 83-105

⁴⁴ Um apanhado histórico da arqueologia portuguesa cobrindo com muita informação o período aqui abordado foi feito por F. Castelo Branco (?1971). Para uma perspectiva analítica sobre os primórdios, consulte-se, entre outros, Carlos Fábão (1989).

- Cuisinier, Jean (1987) *Muséologie et ethnologie*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées nationaux
- Dias, A. Jorge (1964) Museu nacional e museus regionais de etnografia *Cadernos de Etnografia*, nº 1: 1-20
- Dias, A. Jorge (1967) The academic position of European Ethnology in Portugal *Ethnologia Europaea*, I, 4: 300-301
- Dias, A. Jorge (1969) Bosquejo histórico da Etnografia portuguesa [1952] *Revista Portuguesa de Filologia Supplemento Bibliográfico*, II: 1-64
- Dias, Nélia (1991) *Musées Bonte & Izard* 1991: 496-498
- Fabião, Carlos (1989) Para a história da Arqueologia em Portugal *Penélope. Fazer e desfazer história*, nº 2: 10-26
- França, José Augusto (1980) 1940: Exposição do Mundo Português *Coloquio Artes*, 2ª série, nº 45: 34-47
- Gallo, Donato (1988) *O saber português: antropologia e colonialismo*. Lisboa: ER Hepátogono
- GEPEB [1948] Museus portugueses *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XIV: 224-278. Lisboa / Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia
- Gonçalves, António Manuel (1959) O museólogo José Leite de Vasconcelos *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, I: 45-61. Lisboa: Instituto de Alta Cultura
- Gonçalves, António Manuel (1972) *Museu Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, XIII: 1582-1592. Lisboa: Verbo
- Gouveia, Henrique Coutinho (1985) Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo *Bibliotecas Arquivos Museus*, I, 1: 147-184
- Gouveia, Henrique Coutinho (1993) A evolução dos museus nacionais portugueses. Tentativa de caracterização *Rodrigues* 1993: 177-198
- Gouveia, Henrique Coutinho (1994) *Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos Santana & Sucena* 1994: 614-619
- Guerreiro, Manuel Viegas (1992) Evocando Leite de Vasconcelos *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, xxx: 127-135
- Guerreiro, Manuel Viegas (1993) Leite de Vasconcelos – o Homem e o Sábio *Revista Lusitana*, n.s., 11: 5-18
- Hainard, Jacques & Roland Kaehr (1985) *Temps perdu, temps retrouvé*. Neuchâtel: Musée d'ethnographie
- Heleno, Manuel (1956) Um quarto de século de investigação arqueológica *O Arqueólogo Português*, n.s., III: 221-237

- Heleno, Manuel (1965) Programa para a instalação do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária [1956] *Ethnos. Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, IV: 63-74
- Inso, Jayme do (1967) O Museu de Marinha. Subsídios *Anais do Clube Militar Naval*, 96, 4-6: 290-352
- Jamin, Jean (1985) Les objets ethnographiques sont-ils des choses perdues? *Hainard & Kaehr* 1985: 51-74
- Leal, João (1993) Prefácio *Coelho* 1993: 13-36
- Leal, João (1993a) Prefácio *Coelho* 1993a: 13-23
- Machado, João L. Saavedra (1965) *Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional [separata de *O Arqueólogo Português*, n.s., V, 1, 1954-64: 51-448]
- Motta, Irisalva (1958) O Plano do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos *Revista Municipal. Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, ano 19, nº 78: 11-28, 41-57
- Moreira, Isabel Mª Martins (1989) *Museus e monumentos em Portugal, 1772-1974*. Lisboa: Universidade Aberta
- Nabais, António (1985) *Museus Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, II: 18-21. Lisboa: Publicações Alfa, SA
- Noël, Marie-France (1987) Du Musée d'ethnographie du Trocadéro au Musée national des Arts et Traditions populaires *Cuisinier* 1987: 140-149
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1968) *Vinte Anos de Investigação Etnológica do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Porto 1947 – Lisboa 1967*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1971) *Apointamentos sobre museologia. Museus etnológicos. Lições dadas no Museu de Etnologia do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (= Estudos de Antropologia Cultural, nº 6)
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1972) O Museu de Etnologia do Ultramar *Geographica*, VII, nº 29: 2-22
- Oliveira, Ernesto Veiga de (1972a) The Overseas Museum of Ethnology *Peoples and Cultures*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar [catálogo de exposição]
- Paço, Afonso do (1934) Da necessidade da criação do Museu de Etnografia *Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, pp.: 23-27. Porto: Edições da Primeira Exposição Colonial Portuguesa
- Paulo, Heloísa (1994) 'Vida e arte do povo português'. Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo *Revista de História das Ideias*, 16: 105-134

- Pereira, Benjamim E. (1973) *Máscaras Portuguesas*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar
- Pereira, Paulo [org] (1995) *História da Arte Portuguesa. III. Do Barroco à Contemporaneidade*. Lisboa: Circulo de Leitores
- Pessanha, Sebastião, D., (1949) Museus etnográficos. VII. *Mensário das Casas do Povo*, III, n° 33: 12-13
- Pessanha, Sebastião, D., (1950) Museus etnográficos. IX. *Mensário das Casas do Povo*, IV, n° 48: 12-13
- Pessanha, Sebastião, D., (1951) Os museus etnográficos e as Casas do Povo *Lusa. Revista de Arqueologia Artística e Etnografia*, n° 1: 26-31
- Pessanha, Sebastião, D., (1963) Museus etnográficos *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore, promovido pela Câmara Municipal de Braga (de 22 a 25 de Junho de 1956)*, I: 177-181. Lisboa: Junta de Acção Social (= Biblioteca Social e Corporativa, n° 25)
- Pomian, Krzysztof (1988) Musée archéologique: art, nature, histoire *Le Débat*, n° 49: 57-68
- Ribeiro, Orlando (1981) Nota prévia *Revista Lusitana, n.s., 1: IX-XVII*
- Ribeiro, Orlando (1989) Prefação *Vasconcelos* 1989: V-VII
- Ribeiro, Orlando (3 1994) Vida e obra de José Leite de Vasconcellos *Revista Lusitana, n.s., 12: 15-49*
- Rodrigues, Maria da Conceição [org] (1990) *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior, I*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical
- Rodrigues, Maria da Conceição [org] (1993) *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior, II*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical
- Santana, F. & E. Suceña (1994) *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, Consultores, Lda.
- Santos Júnior, Joaquim R. dos (1940) O Museu Colonial *Congresso do Mundo Português*, XIV: 99-109. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários
- Serrão, Joel (2 1971) *Dicionário de História de Portugal. I*. Lisboa: Iniciativas Editoriais
- Silva, Augusto Santos & Helena Santos (1995) *Prática e representação das culturas. Um inquérito na Área Metropolitana do Porto*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais (= Coleção Mãos)
- Silva, Raquel Henriques da (1995) Romantismo e pré-naturalismo *Pereira, P.* 1995: 357-364
- Vasconcelos, José Leite de (1894-95) Museu Ethnographico Português *Revista Lusitana*, III: 193-250
- Vasconcelos, José Leite de (1897) Museu Ethnologico Português *O Arqueólogo Português*, III: 113-115

- Vasconcelos, José Leite de (1915) *História do Museu Etnológico Português (1894-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional
- Vasconcelos, José Leite de (1959) *Páginas Odisiponenses. Introdução de Fernando Castelo Branco*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Publicações Culturais
- Vasconcelos, José Leite de (1980 [1933]) *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização. Volume I*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Vasconcelos, José Leite de (1989) *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização. Volume X*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda

REVISTA LUSITANA

NOVA SÉRIE

13-14

RETRATOS DO PAÍS

CENTRO DE TRADIÇÕES POPULARES PORTUGUESAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA - FACULDADE DE LETRAS

1995